

População e família brasileira: ontem e hoje*

Arlindo Mello do Nascimento*

Palavras-chave: família; população; conceitos; aspectos históricos; transformações

Resumo

A população e a família brasileira tem passado por muitas transformações, acompanhando os acontecimentos históricos, econômicos, sociais e demográficos acontecidos ao longo do último século. Mais precisamente, nas últimas décadas diversas mudanças foram observadas nas condições de reprodução da população; na diminuição da fecundidade e mortalidade; no aumento da esperança de vida ao nascer, proporcionado por melhores condições de vida e saúde; nos padrões de relacionamento entre os membros da família; no papel da mulher dentro e fora do espaço doméstico; no aumento de uniões consensuais; etc.

A vida familiar se modificou para todos os segmentos da população brasileira. É um fenômeno marcante que as estatísticas, desde o primeiro Censo, realizado em 1872, até o atual, realizado em 2000, vêm demonstrando. São números cada vez mais desagregados e informações amplamente detalhadas que ajudam a entender um País que tem se transformado a cada Censo, a conhecer a evolução de sua população e o caminho percorrido pela família.

Neste artigo, primeiramente, resgataremos alguns conceitos de família, sua importância como unidade de análise, como questão social, seus valores, suas funções, etc. Em seguida, faremos um resumo das principais mudanças ocorridas na dinâmica populacional e que ocasionaram transformações no âmbito da família, refletindo diretamente em sua composição familiar, tamanho da família, etc. Estas mudanças e transformações serão abordadas segundo dois enfoques: a evolução observada através dos recenseamentos e as transformações recentes. No primeiro, resgataremos alguns aspectos históricos relativos às mudanças de investigação estatística da população e da família brasileira com base na dinâmica censitária e no segundo, abordaremos as transformações recentes ocorridas na dinâmica e no perfil da família e na população brasileira desde o ano de 1970.

* Trabalho apresentado no XV Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP, realizado em Caxambú-MG – Brasil, de 18 - 22 de Setembro de 2006.

* Aluno do Curso de Mestrado em Estudos Populacionais e Pesquisas Sociais da Escola Nacional de Ciências Estatísticas – ENCE/IBGE.

População e família brasileira: ontem e hoje*

Arlindo Mello do Nascimento*

A população e a família brasileira tem passado por muitas transformações, acompanhando os acontecimentos históricos, econômicos, sociais e demográficos, acontecidos ao longo do último século. Cabe destacar que nas últimas décadas, as pesquisas sobre família vêm merecendo uma especial atenção por parte dos estudiosos no campo das Ciências Humanas. Segundo Samara (1987, p. 25), o debate recente em torno do tema família e as polêmicas que vêm despertando na sociedade atual fazem com que o interesse pela família como objeto de investigação, aumente cada vez mais. Este aumento de interesse segundo Prado (1981, p.52), de uns quarenta anos para cá, vem crescendo em todos os setores do conhecimento, porém com ângulos de abordagens diferentes.

Estas diferentes abordagens do tema família propiciam e fundamentam a reflexão sobre o tema: o que é família, por que a família é tão importante e qual o seu papel na sociedade. Essa preocupação crescente com o estudo sistemático da família, levando-se em conta que a família é uma instituição social fundamental, de cujas contribuições dependem todas as outras instituições, se justifica dada a importância do tema para se entender a natureza das sociedades, tanto no presente como no passado. (SAMARA, 1998, p. 7).

Para Ferrari e Kaloustian (1994, p.11), a família desempenha papel decisivo na educação formal e informal. Em seu espaço são absorvidos os valores éticos e humanitários, aprofundam-se os laços de solidariedade, constroem-se as marcas entre as gerações e são observados valores culturais.

É na família que os indivíduos se relacionam e trocam experiências, visto que ela é, ao mesmo tempo, um espaço de conflito cooperativo e um espaço determinante de bem-estar através da distribuição de recursos, passando muitas vezes a refletir diretamente dúvidas, aspirações e questões pessoais. Na família os filhos e demais membros encontram o espaço que lhes garantem a sobrevivência, desenvolvimento, bem-estar e proteção integral através de aportes afetivos e, sobretudo, materiais.

A partir do relacionamento entre homens e mulheres é que a família reconstrói a dinâmica pela qual ela estrutura sua identidade social e constrói os seus valores. A família é o eixo de referência pelo qual os seus participantes elaboram e determinam suas relações sociais, além de ser o apoio para que homens, mulheres e crianças se organizem em torno da realização de projetos comuns. De fato, a família, segundo Castello Branco (1989, p. 7), tende a adotar uma estratégia comum no processo de alocação de seus membros no mercado de trabalho e a organizar um orçamento comum tendo em vista a obtenção dos bens necessário à subsistência do grupo.

O interesse em estudar a família como unidade de referência e de analisar seus padrões de organização tem sido, devido a sua importância, objeto de pesquisa para diversos

* Trabalho apresentado no XV Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP, realizado em Caxambú-MG – Brasil, de 18 - 22 de Setembro de 2006.

* Aluno do Curso de Mestrado em Estudos Populacionais e Pesquisas Sociais da Escola Nacional de Ciências Estatísticas – ENCE/IBGE.

pesquisadores, como por exemplo: Rodrigues¹; Goldani²; Castello Branco³; Almeida, Carneiro e Paula⁴; e, Ferrari e Kaloustian⁵. Portanto, ao focalizarmos a família como referência e unidade de análise estamos resgatando a noção de que no espaço privado e na convivência familiar, é que são criadas as fontes de organização da cultura dos povos; são estruturados os mundos simbólicos de cada indivíduo; e onde são estabelecidos os padrões de relacionamentos que vão ser reproduzidos na sociedade.

Neste artigo, primeiramente, resgataremos alguns conceitos de família, sua importância como unidade de análise, como questão social, seus valores, suas funções, etc. Em seguida, faremos um resumo das principais mudanças ocorridas na dinâmica populacional e que ocasionaram transformações no âmbito da família, refletindo diretamente em sua composição familiar, tamanho da família, etc. abordadas segundo dois enfoques: a evolução observada através dos recenseamentos e as transformações recentes. No primeiro, resgataremos alguns aspectos históricos relativos às mudanças de investigação estatística da população e da família brasileira com base na dinâmica censitária, onde poderemos ver como a história política-social interfere na história dos recenseamentos. No segundo, abordaremos as transformações recentes ocorridas na dinâmica e no perfil da família e da população brasileira nos anos de 1970, 1980, 1991 e 2000.

2.1 – Afinal, o que é família?

Buscar uma definição de família não é tarefa fácil, mas ao perguntarmos – e a família como vai? – e ao obtermos a resposta – vai bem, obrigado! – fica subentendido que qualquer indivíduo sabe o que é família, visto que a associação imediata é com um grupo de pessoas aparentadas e, também, porque somos parte integrante de alguma família.

Historicamente, o termo família origina-se do latim “famulus” que significa: conjunto de servos e dependentes, de um chefe ou senhor, que vivem sob um mesmo teto. (HOUAISS, 2001, CD-ROM). Entre os chamados dependentes inclui-se a esposa e os filhos. Assim, a família greco-romana compunha-se de um patriarca e seus “fâmulos”: esposa, filhos, servos livres e escravos. (PRADO, 1981, p. 51).

¹ A escolha da família como unidade de análise tem levado, em diversos estudos empíricos, à possibilidade de se apreender um “trabalho” conjunto da família, voltado para a sobrevivência e a reprodução. Esse tipo de investigação revela que o produto final das estratégias da família tomada como um todo, suas adaptações às mudanças externas e aos estágios do ciclo de vida familiar obedecem a padrões razoavelmente nítidos em famílias inseridas num determinado segmento social ou, mais genericamente, às diversas classes sociais. (RODRIGUES, 1981, p. 52).

² O crescente uso da família como unidade de análise pelos demógrafos está associado à perspectiva de reprodução da população como algo condicionado ou mesmo decidido no interior desta unidade básica. A partir deste enfoque, no qual predominou a ideia da família como mediação² é que se desenvolve um conjunto de informações e técnicas de mensuração sobre as relações familiares, na busca de explicação da questão demográfica. (GOLDANI, 1984, p. 1257).

³ O interesse em tomar a família como unidade de análise decorre basicamente da importância deste grupo social como núcleo articulador das práticas que norteiam o processo de reprodução social. [...] O estudo da família é portanto de fundamental importância, na medida em que busca apreender a pluralidade de formas como os indivíduos se organizam com vistas à reprodução biológica e social. (CASTELLO BRANCO, 1989, p. 7).

⁴ Ao falarmos de família devemos ter em mente que “a discussão sobre família, enquanto uma porta de entrada para a compreensão de uma sociedade, começa com o questionamento sobre o significado do termo família e sobre o estatuto teórico que damos a ele”. (ALMEIDA; CARNEIRO; PAULA, 1987, p. 13).

⁵ A família é percebida não como o simples somatório de comportamentos, anseios e demandas individuais, mas sim como um processo interagente da vida e das trajetórias individuais de cada um de seus integrantes. À família, novos membros se agregam; da família, saem alguns para constituírem outras famílias e enfrentar o mercado de trabalho. (FERRARI; KALOUSTIAN, 1994, p. 13).

Ao longo da história o termo vem se modificando e nos tempos atuais, conforme definição encontrada nos dicionários Aurélio⁶ (FERREIRA, 1999, cd-room) e Houaiss⁷ (HOUAISS, 2001, cd-room), o termo família tem significado bem semelhantes, abrangendo, principalmente as pessoas que vivem no mesmo domicílio (pai, mãe e filhos) ou aquelas unidas por laços de parentesco e adoção.

Segundo a Constituição da República Federativa do Brasil (BRASIL, 1988, Internet), o conceito de família foi ampliado, passando a ser intitulada base da sociedade e definida como a união estável entre homem e mulher ou qualquer dos pais e seus descendentes. Neste novo conceito, Goldani (1994, p. 10) observa que, ao se enfatizar a necessidade de proteção aos dependentes (crianças, jovens e velhos), a Constituição Brasileira reconhece o poder assimétrico entre os membros da família.

Academicamente, o conceito de família na literatura brasileira, tem sido estudado sob óticas distintas, que variam segundo disciplinas e abordagens teóricas diferentes. Segundo Fukui (1998, p. 16), a família pode ser abordada segundo três ângulos diversos e complementares: condições de vida⁸; instituição⁹; e, valor¹⁰. Fukui (1998, p. 17) acrescenta que os diferentes grupos familiares podem ser estudados segundo parâmetros que investigam a composição familiar¹¹ e o ciclo de vida familiar¹²

Medeiros, Osório e Varella (2002, p. 3) destacam que em disciplinas como a Demografia e a Sociologia a família é abordada levando-se em conta o grupo residente na unidade doméstica (arranjo domiciliar), porém em outras disciplinas como é o caso da Antropologia, este aspecto não é levado em conta, visto que a família é estudada através da organização formada por um conjunto de pessoas com quaisquer laços reconhecidos de parentesco, independentemente de seu local de residência.

De modo geral, quando se toma a família como unidade de análise¹³, Bruschini (1989, p. 4) ressalta que a definição de família se aproxima do conceito de família nas ciências sociais: grupo de indivíduos ligados por elos de sangue, de adoção ou de aliança socialmente reconhecidos e organizados em núcleos de reprodução social. Para Goldani (1984, p. 1258), foi a partir deste consenso, patente na literatura das ciências sociais, que surgiram múltiplas classificações, que vão desde as clássicas, família nuclear, extensa e composta, até as mais sofisticadas, onde se controlam as gerações presentes e os padrões de convivência.

⁶ 1. Pessoas aparentadas, que vivem, em geral, na mesma casa, particularmente o pai, a mãe e os filhos; 2. Pessoas unidas por laços de parentesco, pelo sangue ou por aliança; 3. Ascendência, linhagem, estirpe.

⁷ 1. Grupo de pessoas vivendo sob o mesmo teto (esp. o pai, a mãe e os filhos); 2. Grupo de pessoas que têm uma ancestralidade comum ou que provêm de um mesmo tronco; 3. Pessoas ligadas entre si pelo casamento e pela filiação ou, excepcionalmente, pela adoção.

⁸ Se ocupa primordialmente das condições materiais, isto é da manutenção da vida: comer, vestir, abrigar. Assim, o grupo familiar, no passado, era uma “unidade de produção” encarregando-se ela própria da produção de seus meios de vida. Na sociedade atual ela é uma “unidade de renda e de consumo”, encontrando no “trabalho individualizado” as bases para a sua manutenção.

⁹ Pode ser entendida como um conjunto de normas e regras, historicamente constituídas, que regem as relações de sangue, adoção, aliança, definindo a filiação, os limites do parentesco, da herança e do casamento. Os conjuntos de regras e normas estão expressas nos costumes e na legislação (Código Civil).

¹⁰ Pode ser entendida como um conjunto de valores definidos como ideologia, estereótipos, imagens e representações sobre o que ela “é” e “deve ser”.

¹¹ Tomando como critério as famílias bi-parentais, famílias mono-parentais, famílias compostas de várias gerações, unidades ampliadas, onde além de pai, mãe e filhos há outros componentes.

¹² Tomando como critério a idade do filho mais velho morando com os pais, unidades com filhos pequenos, unidades com filhos adolescentes, unidades com filhos adultos e unidades sem filhos.

¹³ Rodrigues (1981) e Goldani (1984).

Já nas pesquisas demográficas, segundo Goldani (1984, p. 1258), o conceito de família tem variado em função da unidade de enumeração, que na maioria dos censos é o domicílio. Este, definido como grupo de pessoas que vivem em uma mesma moradia, costuma ser identificado, para efeito de análise, como família. Portanto, nesta definição de família reside a associação de família à condição de residência comum, considerando-se como membros da unidade familiar as pessoas que vivem no mesmo domicílio. Segundo a autora, as justificativas disto são que a estrutura domiciliar e o parentesco estão intimamente ligados e que o significado sócio-demográfico seria o mesmo.

Goldani (1984, p. 1261) também acrescenta uma reflexão sobre o conceito de família nos censos, alertando que os propósitos de análise é que vão definir a unidade de referência. Para ela a associação do conceito de família ao nível de convívio ou ligação doméstica, tem a ver com a família como definição de unidade de consumo, que seria o objetivo central da questão família para o censo de população. No entanto, em se pensando o papel da família em termos de sua dinâmica demográfica em geral, torna-se indispensável o controle de parentesco, sobretudo a identificação das unidades conjugais presentes no domicílio.

Medeiros e Osório (2002, p. 2) também destacam a importância da identificação dos núcleos familiares, com seus arranjos familiares e domiciliares, nas pesquisas de população organizadas pelo IBGE. Nelas o grupo de pessoas que residem numa habitação é chamado de “domicílio” e os núcleos familiares são chamados de “famílias”. Essa identificação permite a coleta de uma série de informações importantes que não se encontram disponíveis nos levantamentos de outros países, em que “famílias” se referem a arranjos domiciliares.

Portanto, diante destas facilidades é que diversos pesquisadores brasileiros que retratam a família e seus arranjos familiares¹⁴ e domiciliares¹⁵, utilizam o conceito de família definido pelo IBGE, em suas pesquisas demográficas. É um conceito que, desde os primeiros censos, vem mantendo, basicamente, as mesmas definições e se ampliando até chegar ao conceito adotado no último censo brasileiro, coletado em 2000: a) a pessoa que morava sozinha; b) o conjunto de pessoas ligadas por laços de parentesco ou de dependência doméstica¹⁶; e, c) as pessoas ligadas por normas de convivência¹⁷. (IBGE, 2003b, p. 36).

2.2 – População e família brasileira

Nas últimas décadas diversas mudanças foram observadas nas condições de reprodução da população; na diminuição da fecundidade e mortalidade; no aumento da longevidade dos idosos, proporcionado por melhores condições de vida e saúde; nos padrões de relacionamento entre os membros da família; no papel da mulher dentro e fora do espaço doméstico; no aumento de uniões consensuais; etc.

A vida familiar se modificou para todos os segmentos da população brasileira. É um fenômeno marcante que as estatísticas, desde o primeiro Censo, realizado em 1872, ao último, ocorrido no ano 2000, vêm demonstrando. São números cada vez mais desagregados e informações amplamente detalhadas que ajudam a entender um País que tem se transformado a cada Censo, a conhecer a evolução de sua população e o caminho percorrido pela família.

A história da organização familiar brasileira vem, desde a época do império, passando por momentos decisivos, sempre desafiando os pesquisadores e provocando novos estudos

¹⁴ Berquó (1989), Camarano (2003), Castello Branco (1989), Goldani (2002); Saboia e Caillaux (2003).

¹⁵ Castello Branco (1989), Goldani (1993 e 1994), Medeiros; Osório (2001 e 2002), Saboia e Caillaux (2003).

¹⁶ Dependência doméstica é a situação de subordinação dos empregados domésticos e dos agregados em relação à pessoa responsável pelo domicílio ou pela família

¹⁷ Normas de convivência são as regras estabelecidas para convivência de pessoas que residiam no mesmo domicílio e não estavam ligadas por laços de parentesco ou de dependência doméstica.

sobre o tema. Segundo Samara (1998, p. 7) a família brasileira seria o resultado da transplantação e adaptação da família portuguesa ao nosso ambiente colonial, tendo gerado um modelo com características patriarcais e tendências conservadoras em sua essência.

Estas transformações na família brasileira, segundo Teruya (2000, p. 10), tem início a partir da chegada da Corte Portuguesa ao Rio de Janeiro. Este fato faz com que comece a aparecer uma vida social na Colônia, originando o estabelecimento de oportunidades de estudos e outras formas de ascensão social. Porém, acrescenta a autora, se comparamos as duas últimas viradas de século no Brasil, veremos que uma silenciosa revolução de costumes ocorreu em ambos os períodos, como, também, uma reviravolta de conceitos.

Esta interferência da história política-social faz com que o censo se adapte às necessidades de investigação da sociedade, possibilitando, segundo Oliveira (2003, p. 43), mostrar de que maneira as imagens da população brasileira vão sendo construídas e modificadas em nossos censos e quais os atores envolvidos nessa construção, permitindo, com isso, conhecer a evolução da população, as mudanças de conceitos, os modos de investigação, etc., ou seja, o caminho percorrido pela família brasileira ao longo do tempo.

2.2.1 – A evolução observada através dos recenseamentos

O primeiro levantamento estatístico oficial brasileiro, o Censo do Império, foi realizado em 1872 num momento de transição. O Brasil passava de uma ordem escravocrata para capitalista. De acordo com os dados coletados, a população totalizava 9 930 478 habitantes, sendo 5 123 869 homens e 4 806 609 mulheres. Constituíam-se de 66% de pessoas solteiras, 19% de pessoas casadas e 15% de viúvas. É importante considerar que a maioria dos escravos era de solteiros, o que indica que não havia interesse em estimular a formação de famílias¹⁸ através de uniões oficiais entre eles, mas não quer dizer que tais uniões não existissem. Esse dado ajuda a explicar tão alto número de pessoas solteiras naquela época.

O ano de 1890 marcou o Censo da Primeira República, o segundo realizado no País dezoito anos após o primeiro levantamento censitário. Sob a inspiração positivista, o governo provisório queria retratar a nação e o povo brasileiro. A idéia do governo era apagar a mancha da escravidão e ver como se comportava a sociedade que apresentava 14 333 916 habitantes, sendo 7 237 932 homens e 7 095 983 mulheres.

Neste ano, o censo aproximou-se do contexto familiar, indagando a filiação dos indivíduos e distinguindo-os como legítimos, ilegítimos, legitimados e expostos¹⁹, o tamanho da família, data e número de casamentos, grau de parentesco no casamento, número de filhos nascidos vivos, mortos e sobreviventes.

Segundo Neder (1994, p. 30), com a Proclamação da República em 1889, surgiram novas concepções de família, pois esta introduziu no país um conjunto de modernizações que envolveram o fim do trabalho escravo e a urbanização (com desdobramentos para o início da industrialização), como também o deslocamento para o eixo centro sul dos pólos de desenvolvimento econômico e de decisão política.

¹⁸ Para o Censo de 1872: Constitui uma família a pessoa livre que vive só e sobre si, em uma habitação, ou um certo número de pessoas que, em razão de relações de parentesco, de subordinação ou de simples dependência, vivem em uma habitação ou parte de habitação, sob o poder, a direção ou a proteção de um chefe, dono ou locatário da habitação e com economia comum. (OLIVEIRA, 2003, p. 11).

¹⁹ Filhos abandonados pelos pais e expostos na roda (segundo o Dicionário Aurélio, roda é uma espécie de caixa giratória existentes nos nos asilos e orfanatos, onde se colocavam as crianças enjeitadas).

Em fins do século XIX, o modelo patriarcal²⁰ das classes média e alta, existente no Brasil desde o período colonial, iniciava lentamente o seu declínio. A esse respeito Samara (1998, p. 10), aponta que no Brasil desde o início da colonização as condições locais favoreceram o estabelecimento de uma estrutura econômica de base agrária, latifundiária e escravocrata. Essa situação associada a vários fatores, como a descentralização administrativa local e acentuada dispersão populacional provocou a instalação de uma sociedade do tipo paternalista, onde as relações de caráter pessoal assumiram vital importância, estimulando a dependência na autoridade paterna e a solidariedade entre os parentes.

Outra mudança ocorrida na família nessa época foi que durante o longo período da escravidão, considerou-se que os escravos não tinham família, porque havia mais homens do que mulheres e, também, pelo próprio fato de serem cativos que não garantia a permanência de todos juntos, pois poderiam ser vendidos a qualquer momento²¹. Porém, com a abolição da escravatura, em 1888, houve grande movimento de famílias que tentavam se reencontrar depois de separadas, sobretudo pela venda de alguns de seus membros para outros senhores.

O Censo de 1900, realizado num ambiente político pouco favorável o que fez com que fosse considerado um trabalho incompleto, apontou que o Brasil possuía 17 438 434 habitantes, sendo 8 900 526 homens e 8 37 908 mulheres.

O recenseamento de 1910 não foi realizado em decorrência de dificuldades políticas da época, marcando um intervalo de vinte anos sem informações atualizadas sobre a população do País. Porém em primeiro de setembro de 1920, o recenseamento foi a campo, incluindo um plano bem mais amplo que os anteriores, coletando uma população total de 30 636 606 habitantes (15 443 818 homens e 15 191 787 mulheres).

O censo de 1940, realizado em pleno Estado Novo, retratou a realidade de outros vinte anos sem recenseamento, depois que a Revolução de 1930 impedira a execução do levantamento anterior. Era preciso conhecer a realidade de um Estado totalitário, de um país que se industrializava a passos largos embalado pela substituição das importações.

No panorama internacional, assistia-se ao pós-crise de 1929. No panorama nacional o Estado consolidava sua burocracia civil e militar, ampliando seu controle, mediante um projeto de re-ordenamento e gestão do território. Diante disto, a marcha para o oeste (ocupação do território brasileiro com objetivos estratégicos), buscou a diminuição da pressão que o crescimento populacional dos grandes centros no litoral brasileiro poderia oferecer e a expansão populacional das fronteiras do Norte e Centro-oeste. Com isso, a proposta do Estado Novo foi integrar este grande território. E, nesse contexto de centralização política e econômica, a criação do IBGE, em 1938, representou a importância estratégica de conhecer e controlar este vasto território, com a atribuição de produzir as estatísticas demográficas e econômicas, a pesquisa geográfica e o mapeamento do seu vasto território.

No tocante à família, para a investigação do estado conjugal admitiu-se a partir de então, além da origem jurídica da convivência, a constituição mediante matrimônio religioso. Além das categorias: solteiro, casado e viúvo, foi também incluída a categoria separado/desquitado/divorciado. Esta última formada basicamente de estrangeiros e brasileiros naturalizados que obtiveram separação/divórcio através de leis internacionais, uma vez que no Brasil, esta condição não era legal.

O Censo de 1940 que apresentou 41 236 316 habitantes, sendo 20 614 088 homens e 20 622 227 mulheres, possibilitou conhecer a distribuição da população, conforme a

²⁰ Modelo em que o poder familiar estava centrado na figura severa e soberana do pai, sendo a mulher e os filhos meros coadjuvantes dentro de casa.

²¹ Embora aos escravos não fossem dados os direitos civis garantidos às famílias de brancos, até casamento na igreja existia, só que a união não era respaldada por leis civis.

localização do domicílio, entre rural e urbana e no caso da urbana, entre urbana e suburbana, e, também, retratar detalhadamente a distribuição da população brasileira neste novo panorama de ocupação do interior do Brasil, com a criação de novos espaços urbanos além do litoral e das capitais brasileiras. Este Censo revelou uma população urbana crescente oriunda da intensificação do processo de urbanização desenvolvido no país.

Dez anos depois, em 1950 foi realizado o sexto recenseamento onde foram computadas 51 944 397 habitantes, sendo 25 885 001 homens e 26 059 396 mulheres. O cenário era o de uma conjuntura social, política e econômica diferenciada, considerando-se o período entre o final do Estado Novo e o segundo Governo Vargas e as tendências democratizantes introduzidas pela promulgação da Constituição de 1946 que restaurou a independência dos três poderes, a autonomia de Estados e Municípios e as eleições diretas. Por outro lado, o crescimento da guerra fria e das pressões para o alinhamento do Brasil à política americana e da integração do país ao livre comércio, fez com que o projeto da indústria pesada e a própria ação do Estado se apequenasse. Segundo Oliveira (2003, p. 28), “como que seguindo o mesmo movimento, apequena-se, também, o conteúdo temático do censo demográfico de 1950”. Em comparação com o anterior, reduz de 45 para 25 perguntas.

Em relação à população, o Censo de 1950 apresentou algumas inovações e modificações: inclusão de aspectos sobre a População Economicamente Ativa (PEA); divisão da população em quatro grupos de cor (brancos, pretos, amarelos e pardos); e a introdução da expressão “afazeres domésticos” com objetivo de separar atividade não remunerada de ocupação. E em relação às famílias, apresentou quatro quadros que permitiram estudar a composição qualitativa e quantitativa deste tema abrangendo, além dos moradores no domicílio (presentes e ausentes), os não moradores presentes na data do censo.

O ano de 1960 marcou a realização do sétimo recenseamento que mostrou uma população de 70 191 370 habitantes, sendo 35 059 546 homens e 35 131 824 mulheres. Num país administrado por Juscelino Kubitschek e seu ambicioso projeto desenvolvimentista que pregava fazer cinquenta anos em cinco, tendo a indústria como eixo dinâmico que exibiria altas taxas de crescimento econômico ao final desse período, o retrato desenhado por esse Censo, na realidade mostrou as dificuldades sociais, tais como o êxodo rural, o desemprego e a marginalização de populações nos centros urbanos.

Para este levantamento cabe destacar que a noção de estado civil não correspondia rigorosamente a de estado conjugal, pois considerava o casamento realizado somente no religioso; o que ocorria somente no civil; e nas uniões consensuais. Para os desquitados considerava-se o estado civil homologado pela justiça, enquanto que para os divorciados ainda seguia-se a concessão de lei estrangeira.

O Censo de 1960 teve um caráter inovador, na medida em que trouxe novas práticas e técnicas: introdução da técnica de amostragem; incorporou o uso de quesitos com respostas pré-codificadas; e a inclusão do quesito rendimento pessoal, que apenas foi feito no Censo de 1890 e que, infelizmente, não obteve sucesso.

Foi, também, pioneiro na abordagem das migrações internas, permitindo o acompanhamento dos deslocamentos e desequilíbrios das populações do campo para a cidade e das regiões mais pobres para as regiões mais promissoras: verdadeiros pólos de atração como era o caso de São Paulo. O resultado foi uma concentração da população em favelas e periferias dos grandes centros, produzindo o fenômeno do desemprego e incorporando os desempregados a população economicamente ativa.

O Recenseamento de 1970 que apresentou uma população de 93 139 037 habitantes, sendo 45 754 659 homens e 46 586 897 mulheres, foi o censo do milagre econômico, realizado em pleno Estado Militar que se instalou no país a partir de 1964.

Segundo Oliveira (2003, p. 34), as modificações introduzidas no perfil da população pelo censo de 1970 foram poucas. Os acréscimos se concentraram, sobretudo, na divisão de trabalho da população²² e na inclusão de “automóvel” ao elenco de bens duráveis das unidades familiares. Entretanto, enquanto o cenário político retratava a repressão política, o recenseamento retratava o dinamismo populacional, social e econômico, através da investigação das características das pessoas, das famílias e dos domicílios.²³

Já o Censo de 1980, por sua vez, revelou a outra face do milagre econômico, com a pobreza e a desigualdade permeando o tecido social brasileiro. Esta nona operação censitária que computou 119 002 706 habitantes (59 123 361 homens e 59 879 345), teve como objetivo principal a obtenção de informações sobre indicadores essenciais da estrutura e da situação sócio-econômicas das famílias²⁴ e do contingente populacional do país, tais como: tamanho e composição, estrutura familiar, movimentos migratórios, escolaridade, nível de instrução, potencial e qualificação da mão-de-obra, padrões de rendimentos individual e familiar, fecundidade e situação habitacional.

Uma nova forma de identificar as pessoas dentro do domicílio foi introduzida. Para tanto, estabeleceu-se um vínculo entre as pessoas residentes em relação ao chefe do domicílio, em relação ao chefe da família e, também, em relação à família a que pertence. Estas três novas formas de abordagem permitiram investigar a existência de famílias conviventes²⁵ no domicílio e classificar as pessoas de cada família em relação ao chefe do domicílio e da respectiva família. Assim, por exemplo, a pessoa identificada como filho numa segunda família poderia ser identificada como neto na primeira família.

Também, pela primeira vez, nos Censos brasileiros, classificaram-se os domicílios segundo a espécie de família neles existentes. Para a classificação consideraram-se como componentes de família todas as pessoas residentes no domicílio, conceito mais abrangente do que quando são apresentadas as características das famílias. Esta nova classificação adotou três categorias: nuclear, estendida e composta²⁶.

Outra inovação introduzida – que retratou as mudanças nas relações familiares – foi o reconhecimento, pela primeira vez, de que a chefia do domicílio ou da família pode ser desempenhada tanto por pessoas do sexo masculino quanto do feminino. Portanto, a chefia

²² Traduzidas por: (a) desagregação da categoria *desempregado*, distinguindo-se aqueles que procuravam trabalho pela primeira vez dos demais e indagando-se de todos o *tempo de procura de trabalho*; (b) especificação do número de *meses trabalhados* ao longo do ano para as pessoas exercendo ocupações vinculadas à agropecuária e à extração vegetal e do número de *horas semanais trabalhadas* para as pessoas exercendo ocupações próprias dos setores secundário e terciário da economia.

²³ Principais investigações: situação no domicílio (moradores e não moradores presentes e ausentes); sexo; condição no domicílio (chefe, cônjuge, filho, etc.); idade; religião; nacionalidade; naturalidade; migrações internas; instrução; estado conjugal; características econômicas; fecundidade; número de moradores, situação e tipo de construção do domicílio, condição de ocupação, forma de abastecimento de água, existência e tipo das instalações sanitárias, aluguel mensal, tempo de residência, combustível utilizado no fogão, número de cômodos, número de dormitórios e existência de iluminação elétrica, além da existência de bens de consumo duráveis como rádio, geladeira, fogão, TV e automóvel.

²⁴ Para o Censo de 1980: um conjunto de pessoas ligadas por laços de parentesco ou de dependência doméstica, que vivessem no mesmo domicílio ou pessoa que vivesse só, em domicílio particular. Foi ainda considerado como família todo conjunto de, no máximo, cinco pessoas que vivessem em domicílio particular, sem estarem ligadas por laços de parentesco ou de dependência doméstica. (IBGE, 1983b, p. XXV).

²⁵ Duas ou mais famílias de, no mínimo, duas pessoas cada uma, que habitassem o mesmo domicílio particular. (IBGE, 1983b, p. XXV).

²⁶ Nuclear – quando no domicílio residisse somente um chefe com filhos solteiros ou casal com ou sem filhos; Estendida – quando no domicílio residisse, além de uma família nuclear, algum outro parente; e Composta – quando no domicílio residisse além de uma família nuclear ou estendida, pessoa não parente.

feminina não era reconhecida apenas na ausência do homem (como no caso de mulheres que moram sozinhas ou com filhos), mas também na presença de um cônjuge masculino.

Outro fato relacionado à investigação familiar é que para o estado conjugal levou-se em conta a condição das pessoas em relação ao fato de viverem em companhia de cônjuge, em decorrência de casamento civil, religioso, civil e religioso ou de união consensual estável. Assim, como ocorreu em 60, a noção de estado conjugal não correspondeu à de estado civil.

Em primeiro de setembro de 1991, com um ano de atraso, foi a campo a décima operação censitária que computou 146 826 476 habitantes (72 442 122 homens e 74 340 353 mulheres). Diferentemente dos anos anteriores constitui-se, apenas, do Censo Demográfico. Os objetivos, as características relativas à condição no domicílio, as relativas à composição familiar e, também, ao estado conjugal, além da identificação das pessoas dentro do domicílio, foram investigadas conforme o critério adotado no Censo anterior.

Porém, algumas inclusões e alterações foram incorporadas. O mês e o ano de início da primeira união conjugal e o mês e o ano de início da união conjugal ou do estado civil atual, passaram a ser objeto da pesquisa, além da alteração da categoria “outra” para “união consensual”, para as pessoas que viviam em companhia de cônjuge sem contrair união legal.

O conceito de família²⁷ foi ampliado, porém conservou-se a noção de dependência doméstica e incorporou-se a idéia de convivência. A maneira de investigar o estado conjugal/civil foi modificada, passando a perguntar se a pessoa vive ou viveu em companhia de cônjuge, para depois investigar o tipo de união das pessoas que vivem em companhia de cônjuge e o estado civil das pessoas que não vivem em companhia de cônjuge.

No ano de 1996, também com um ano de atraso, foi realizado o décimo primeiro recenseamento. Este censo tinha, apenas, o objetivo de contar a população brasileira no meio da década e investigar alguns poucos quesitos básicos. Nele foram contados 167 070 163 habitantes, dos quais 77 442 865 eram homens e 79 627 298, mulheres.

Quatro anos depois, incumbido de traçar o retrato do país nas suas múltiplas dimensões, o Censo de 2000, trouxe algumas alterações na investigação das características da população e da família brasileira na última década do Século XX. O conceito de família foi ampliado.²⁸ Os quesitos relativos a nupcialidade foram, mais uma vez, alterados.²⁹ Porém incorporou uma mudança há muito reivindicada pela sociedade: as categorias chefe do domicílio e chefe da família foram substituídas por pessoa responsável pelo domicílio e pessoa responsável pela família. Esta alteração, longe de ser uma simples mudança semântica, refletiu o esforço deliberado de se romper com esquemas que reforçam e perpetuam discriminantes de gênero.

²⁷ Para o Censo de 1991: a) o conjunto de pessoas ligadas por laços de parentesco, dependência doméstica ou normas de convivência que morassem no mesmo domicílio. b) a pessoa sozinha que morasse em Domicílio Particular. c) o conjunto de, no máximo, 5 pessoas que morassem em um Domicílio Particular, embora não estivessem ligadas por laços de parentesco e/ou dependência doméstica. Obs.: Entende-se como dependência doméstica a situação de subordinação dos empregados domésticos e agregados em relação ao chefe da família; e, por norma de convivência o cumprimento de regras estabelecidas para convivência de pessoas que residem no mesmo domicílio e não estão ligadas por laços de parentesco ou dependência doméstica. (IBGE, 1996b, p. 43).

²⁸ Para o Censo de 2000: nos domicílios particulares, a) A pessoa que morava sozinha; b) O conjunto de pessoas ligadas por laços de parentesco ou de dependência doméstica; e, c) As pessoas ligadas por normas de convivência. E nos domicílios coletivos, apenas as pessoas que tinham laços de parentesco ou dependência doméstica. Obs.: Como dependência doméstica entende-se a situação de subordinação dos empregados domésticos e dos agregados em relação à pessoa responsável pelo domicílio ou pela família; e, por normas de convivência as regras estabelecidas para convivência de pessoas que residiam no mesmo domicílio e não estavam ligadas por laços de parentesco ou de dependência doméstica. (IBGE, 2003b, p. 36).

²⁹ Não foi investigada a data da primeira união e a data de início da união atual, passando a investigar apenas três quesitos interligados: companhia de cônjuge ou companheiro(a); natureza da última união e o estado civil.

Os resultados do Censo 2000, que computou 169 590 693 habitantes (83 447 074 homens e 86 143 619 mulheres), foram divulgados em tempo recorde e revelaram uma nova composição familiar. Os primeiros resultados, já anunciaram uma das principais mudanças ocorridas na década: as mulheres já eram responsáveis por 26,5% dos domicílios do País. Nas Regiões Sudeste e Nordeste, esta proporção foi maior: 26,9% e 28,2%, respectivamente.

Do ponto de vista demográfico, novos padrões foram detectados. A desaceleração do crescimento e a recomposição etária da população brasileira decorreram da menor fecundidade das mulheres, que geraram menos filhos, e do declínio continuado da taxa de mortalidade. Assim, alterou-se a configuração da pirâmide etária brasileira, estreitando-se a base e alargando-se o vértice.

Importa salientar que, de um ponto de vista mais amplo, essas tendências demográficas, retratadas pela dinâmica censitária, resultaram de transformações econômicas, sociais e culturais profundas iniciadas em meados do século XX. Transformações que se perpetuaram ao longo dos tempos e que se traduziram em mudanças na estrutura familiar (famílias com menor número de filhos, mas com maiores responsabilidades familiares), na inserção cada vez maior da mulher no mercado de trabalho, em mais tempo dedicado à preparação profissional, em maiores exigências pessoais de atividades culturais e de lazer, entre outras. Mudanças essas que definiram o rumo em direção à consolidação de padrões de comportamentos típicos das sociedades e culturas urbanas, indicando que as atuais tendências demográficas brasileiras devem continuar a prevalecer nos próximos anos.

2.2.2 – Transformações recentes

Como já foi visto, as mudanças ocorridas durante o final do Século XIX e ao longo da primeira metade do Século XX, tiveram implicações diretas nas famílias brasileiras da segunda metade do Século XX, principalmente na saída da mulher para o mercado de trabalho, na educação dos filhos, na impessoalidade nas relações sociais, no controle da natalidade e no enfraquecimento dos laços de parentesco.

Historicamente, a preservação parcial da economia latifundiária explicaria, segundo Teruya (2000, p. 10), a manutenção das enormes desigualdades sociais no país, juntamente com as relações semi-patriarcais, principalmente nos estados do Norte. Por outro lado, o desenvolvimento da economia industrial no Sudeste é que passou a transformar a família, fazendo com que ela se nuclearizasse, para atender melhor as demandas da sociedade moderna, e com que perdesse a sua função reprodutiva.

Para a autora, a condição urbano/rural foi a baliza para determinar o tipo familiar. E, também, que a união do processo de urbanização e da industrialização da sociedade no século XX, juntamente com o fenômeno da migração, fizeram com que o controle da produção passasse gradualmente da família para os empresários capitalistas e para o Estado. Em decorrência desta união ocorreram o enfraquecimento das relações de parentesco, a redução do tamanho da família e a redução do poder do pai e do marido. (TERUYA, 2000, p. 10).

Atualmente as famílias são formadas por diversas estruturas: por exemplo, há mães solteiras com seus filhos; pais com filhos adotivos; famílias formadas por casais que já tiveram outros casamentos com filhos e decidiram ter outros filhos dessa união; temos ainda famílias formadas por um casal e um “animal de estimação”... e, também, se questiona se podemos considerar família o solteiro adulto que vive sozinho.

De modo, dois fatores recentes precipitaram toda essa transformação na organização familiar. O primeiro fator foi a legalização do divórcio, que, no Brasil, virou lei em 1977. O segundo foi o surgimento da pílula anticoncepcional, que garantiu aos homens e às mulheres a alternativa de uma vida sexual desvinculada da paternidade/maternidade.

O flagrante da revolução contemporânea, porque passa a população e a família brasileira, se completa com núcleos familiares formados por minorias como os homossexuais (com casamento e adoção de crianças) e por conta das novas técnicas de reprodução (inseminação artificial, doador de esperma, barriga de aluguel, etc.). A respeito destas famílias alternativas, Danda Prado, em 1981, já apontava quatro formas de famílias cujas principais características as diferenciavam das formas tradicionais:

- a) A família criada em torno a um casamento dito “de participação” – trata-se aí de ultrapassar os papéis sexuais tradicionais.
- b) O casamento dito “experimental” – que consiste na coabitação durante algum tempo, só legalizando essa situação após o nascimento do primeiro filho.
- c) Outra forma de família seria aquela baseada na “união livre”.
- d) A família homossexual, quando duas pessoas de mesmo sexo vivem juntas, com crianças adotivas ou resultantes de uniões anteriores, ou, no caso de duas mulheres, com filhos por inseminação artificial. (PRADO, 1981, p. 19-22).

Diversos estudos sobre a história da família³⁰, desigualdade e exclusão social³¹ e valor familiar³² tem fornecido elementos que ajudam a entender os rumos das mudanças porque tem passado as famílias na sociedade brasileira. As transformações ocorridas dentro e fora das famílias nas últimas décadas, segundo Fukui (1998, p. 18-19), passam, principalmente, pela mudança de valores, pois o valor da família não prevalece mais sobre o dos sentimentos individuais das pessoas. Por muito tempo e ainda hoje, os valores associados à família estiveram sempre apoiados num princípio que atrelava sexualidade, reprodução e casamento, resultando num modelo de família conjugal, com casamento indissolúvel e monogâmico.

Fukui também aponta que modificações essenciais ocorreram no plano das práticas, que, por sua vez, repercutiram no plano dos valores e paulatinamente foram mudando as representações de família na sociedade brasileira. A esse respeito ela assinala três grandes transformações. Primeiro, ocorreu a separação da sexualidade e da reprodução: o número de filhos começa a ser previsto ou planejado. Segundo, a reprodução dissociou-se do casamento: não há mais filhos ilegítimos. E, finalmente, a sexualidade dissociou-se do casamento: reconheceu-se o direito às uniões consensuais. Estas transformações marcaram de tal forma a sociedade brasileira, que a lei brasileira teve que adaptar e assimilar uma série de mudanças.

- a) Família: Para o novo Código Civil a definição de família abrange a unidade formada por casamento, união estável ou comunidade de qualquer genitor e descendente. No Código de 1916, “família legítima” era definida apenas pelo casamento oficial.
- b) Casamento: O casamento passou a ser a “comunhão plena de vida, com base na igualdade de direitos e deveres dos cônjuges”. É apenas uma das formas para constituir família. O novo texto reconhece ainda a união estável.
- c) Filhos: Filhos adotados e concebidos fora do casamento têm direitos idênticos aos dos nascidos dentro do matrimônio. Eliminou-se a pejorativa distinção entre “legítimos” e “ilegítimos” para designar os descendentes.
- d) Igualdade dos sexos: A palavra “pessoa” substitui “homem”. O “pátrio poder”, que o pai exercia sobre os filhos, passa a ser “poder familiar” e é atribuído também à mãe. A família é dirigida pelo casal, e não mais apenas pelo homem.
- e) Guarda dos filhos: A lei do divórcio de 1977, atribuía a guarda dos filhos ao cônjuge que não tivesse provocado a separação ou, não havendo acordo, à mãe. Hoje, é concedida a “quem revelar melhores condições para exercê-la”. (PEREIRA, 2003, p. 86).

Voltando nosso olhar para os dados numéricos produzidos pelo IBGE nas últimas décadas do século XX, vemos que as mudanças ocorridas nas famílias, dentro e fora de casa, atingiram todos os segmentos sociais. Porém, em se tratando de família é difícil afirmar o que influenciou o que. Mudaram as relações de trabalho, o poder aquisitivo, as crenças da ciência

³⁰ Almeida (1987), Prado (1981), Samara (1987 e 1998), e Teruya (2000).

³¹ Fukui (1998).

³² Costa; Bruschini; Sarti (1994), Fukui (1998), Machado (2001).

e a legislação. Cada mudança tem a sua parte na responsabilidade do formato das famílias na virada do século XXI, porém um aspecto é inegável: as mulheres foram as principais protagonistas das mudanças ocorridas na família nas últimas décadas do século XX.

A dinâmica populacional brasileira vem, segundo diversos autores, passando por uma transição demográfica³³ e experimentando rápidas transformações ao longo do século XX, como por exemplo: a) a redução da imigração internacional; b) a queda da mortalidade seguida no tempo pela queda das taxas de fecundidade; c) aumento das migrações da área rural para a urbana; d) mudanças na distribuição etária com o envelhecimento da população; e, e) a diminuição do número de crianças e adolescentes. A esse respeito, Beltrão, Camarano e Kanzo (2004, p. 1) salientam que o movimento de passagem de um estágio de população relativamente estável, em função de taxas de mortalidade e fecundidade altas, a um estágio de mortalidade e fecundidade baixas, estaria, no Brasil, acontecendo em velocidade acelerada, principalmente, se comparado à experiência européia. Portanto, o Brasil estaria completando, de forma rápida, o que se convencionou chamar de “transição demográfica”. Movimento, este, que chegou a durar mais de 1000 anos em alguns países da Europa.

A proporção de pessoas de 0 a 14 anos de idade na população total, que em 1950, 1960 e 1970 se apresentava estável, em torno de 42%, passou a apresentar declínio: de 38,2% em 1980, para 34,7% em 1991 e para 29,6% em 2000. Por outro lado, a proporção de pessoas de 15 a 64 anos e de 65 anos e mais aumentou. Porém, enquanto a primeira nos anos 50, 60 e 70 ficava em torno de 55%, passando a aumentar nos anos seguintes: 57,7% em 1980, 60,5% em 1991 e 64,5% em 2000, a segunda apresentava aumentos sucessivos: 2,4% em 1950, 2,8% em 1960, 3,1% em 1970, 4,0% em 1980, 4,8% em 1991 e 5,9% em 2000.

Os dados do Censo 2000 mostram que a razão de dependência³⁴, da população total do País, estava em torno de 55% e, também, que 27% das pessoas de 60 anos ou mais são responsáveis por mais de 90% do rendimento familiar; 66,8% se encontram aposentadas; 11,2% eram pensionistas; e, do total de 8 milhões de pessoas na faixa de 55 anos e mais, 15% acumulam benefícios previdenciários. Também o rendimento médio das famílias chefiadas por mulheres idosas (R\$ 347,00) é superior a de famílias mantidas pelos homens idosos (R\$ 304,41). Mais uma prova de que o mundo dos idosos hoje, sem dúvida, é das mulheres é o fato de que 55% das pessoas maiores de 60 anos são mulheres.

Outro fato ligado ao envelhecimento da população é que cada vez mais aposentadas estão chefiando as famílias. De fato, de rainha do lar as brasileiras de 60 anos e mais deixam o posto de dona de casa e se tornam provedoras de filhos e netos e das despesas domésticas. Segundo Camarano (2003, p. 51), isto acontece porque nas duas últimas décadas, 1980 e 2000, a proporção de mulheres idosas sem rendimento declinou expressivamente (de 63,6% para 20,2%); as que recebem benefícios oficiais aumentou expressivamente (de 6,7% para 74,5%); e, também, porque é mais alta a proporção de viúvas (de 11,4% para 36,8%).

O índice de envelhecimento³⁵ passou de 13,9%, em 1991, para 19,7%, em 2000. Este processo de envelhecimento, segundo Bercovich e Pereira (2003, p. 26), é explicado pela continuação do processo de declínio da fecundidade e simultaneamente, o crescimento da esperança de vida, tanto dos homens como das mulheres.

³³ Movimento de passagem de altos para baixos níveis de mortalidade e de fecundidade. Pode ocorrer em três fases: 1) quando a fecundidade e mortalidade são altas, ocasionando baixo crescimento populacional; 2) quando a mortalidade se reduz e a fecundidade permanece constante, ocasionando crescimento populacional elevado; e 3) quando a fecundidade e a mortalidade são baixas, ocasionando baixo crescimento populacional.

³⁴ Razão entre a população potencialmente inativa (0 a 14 anos e 65 anos ou mais de idade) sobre a potencialmente ativa (15 a 64 anos de idade).

³⁵ Relação entre a população de 65 anos e mais e a população de menos de 15 anos.

A taxa de fecundidade total³⁶, que nos anos 50 e 60 girava em torno de 6,2 filhos por mulher, caiu para 5,8 em 1970, 4,6 em 1980, 2,8 em 1991 e, em 2000, está em torno de 2,3.

A esperança de vida³⁷ ao nascer que em 1950 estava em 43,3 anos, nos anos censitários apresentou aumentos cada vez maiores: 48,0 em 1960, 52,7 em 1970, 62,5 em 1980, 66,9 em 1991 e 70,4 em 2000.

As taxas de alfabetização³⁸ e analfabetismo³⁹ que em 1950 praticamente dividiam a população ao meio, pois apresentavam valores semelhantes – 49,4% e 50,6% – começam a ficar, cada vez mais, distantes uma da outra – 60,3% e 39,7% em 1960; 66,2% e 33,8% em 1970; 74,5% e 25,5% em 1980; 79,9% e 20,1% em 1991; e, 86,4% e 13,6% em 2000. Embora tenha tido esta ascensão, ainda não pode ser considerado o ideal.

O outro aspecto importante da população brasileira, em 2000, refere-se aos anos de estudos concluídos pelos brasileiros. De um total de quase 147 milhões de pessoas com 7 ou mais anos de idade, aproximadamente 1/3 teve ou tem de 4 a 7 anos de estudo. Segundo Pinto et al (2003, p. 47), se levarmos em consideração que a Educação Básica exige um tempo mínimo de 11 anos de estudos, sem contar com a experiência e desenvolvimento cognitivo e social adquirido na Educação Infantil, somente algo em torno de 18% da população consultada teve ou tem os anos de estudo necessários à sua formação básica.

Em 2000 os lares ocupados por uma pessoa sozinha aumentaram 64%. Os divórcios triplicaram. O número de casamentos legais diminuiu 12%. O número de mulheres que criam seus filhos sozinhos cresceu 53%. Muitas famílias brasileiras já não seguem o modelo tradicional de pai, mãe e filhos de um único casamento. 19,4% das famílias organizam-se de formas nas quais no mínimo um dos pais está ausente. Um em cada quatro domicílios tem três gerações morando juntas.

Enquanto o número de casais em união civil e religiosa, entre 1980 e 2000, teve um decréscimo, passando de 63,9% em 1980, para 58,3% em 1991 e para 49,4% em 2000, o número de uniões consensuais, no mesmo período aumentou consideravelmente, passando de 11,7% em 1980, para 18,5% em 1991 e para 28,6% em 2000. Por outro lado, nos quatro últimos anos censitários o número de pessoas morando sozinhas apresentou aumento em todos os anos: 4,9% (1970), 5,8% (1980), 6,5% (1991) e 8,6% (2000).

O panorama da nupcialidade dos brasileiros, com base nos dados do Censo Demográfico do ano 2000, apresenta, segundo Simões et al (2003, p. 35) características, quanto à situação conjugal, que consistem no declínio da proporção de solteiros, no crescimento da proporção de desquitados, separados judicialmente e divorciados e na manutenção da proporção de casados e de viúvos em relação ao Censo Demográfico 1991. Outra característica revelada foi a redução da proporção das pessoas que não viviam em companhia de cônjuge, mas que já viveram em união e que declararam-se casadas.

Outra tendência aponta por Simões et al (2003, p. 25) é que os resultados censitários, sobre as pessoas unidas, mostraram que, enquanto as uniões legais vêm declinando ao longo

³⁶ Relação entre o número de filhos nascidos vivos e o total de mulheres.

³⁷ Média de anos que a população nascida num determinado ano poderia viver, desde que as condições de mortalidade existentes naquele ano se mantenham constantes.

³⁸ Relação entre o número de pessoas de 5 anos ou mais de idade que sabem ler e escrever e o total da população de 5 anos ou mais.

³⁹ Relação entre o número de pessoas de 5 anos ou mais de idade que não sabem ler e escrever e o total da população de 5 anos ou mais.

dos censos, as uniões consensuais vêm aumentando, principalmente, dentre os mais jovens. Outro fato é que os homens se unem mais tarde que as mulheres⁴⁰.

De 1970 para 2000 o número de domicílios chefiados por mulher subiu de 18,1% para 26,5%. O Distrito Federal, em 2000, apresenta o maior percentual de domicílios com mulheres chefes (34,6%), seguido do Rio de Janeiro (32,2%).

A família encolheu. Tendência, esta, que vem se verificando ao longo das últimas décadas. Em média, em 1991, cada família tinha 3,9 pessoas, passando, em 2000, para 3,5. Porém as famílias residentes nas áreas rurais, embora tenha diminuído, continuam sendo maiores que as residentes em áreas urbanas. Em 1991, em média, as famílias urbanas possuíam 3,8 pessoas e as rurais 4,4, passando, em 2000, para 3,4 e 4,0, respectivamente.

Em número de componentes os domicílios também encolheram. Enquanto no Século XIX e início do Século XX as famílias apresentavam-se extensas, com um número elevado de membros, como, por exemplo, no ano de 1920 em que o número médio de pessoas por domicílio correspondia a 7,73 pessoas, os dados da segunda metade do Século XX mostram decréscimo. No Quadro 1 verifica-se que o número médio de pessoas por família passou de 5,18 pessoas para 3,52 pessoas entre 1960 e 2000 e que o número médio de pessoas por domicílio decresceu de 5,20 pessoas para 3,79 pessoas no mesmo período.

Quadro 1
População, famílias, domicílios, média de pessoas por família e de pessoas por domicílio
Brasil – 1960-2000

Ano censitário	População	Famílias	Domicílios (1)	Pessoas por família	Pessoas por domicílio
1960 (2)	70 191 370	13 532 142	13 497 823	5,18	5,20
1970 (3)	92 341 556	18 554 426	17 628 699	4,98	5,24
1980 (3)	119 002 706	26 806 748	25 210 639	4,44	4,72
1991 (3)	146 825 475	37 502 520	34 743 432	3,92	4,23
1996 (3)	157 070 163	...	39 599 066	...	3,96
2000 (3)	169 799 170	48 232 405	44 795 101	3,52	3,79

Fonte: IBGE. Censos demográficos. 1960-2000.

Notas: 1 - Dados da pesquisa do universo. 2 - Sinal convencional utilizado: ... Dado numérico não disponível.

(1) Domicílios particulares permanentes ocupados. (2) População presente. (3) População residente.

No período inter-censitário (1991-2000), em parte como consequência da transição demográfica ocorrida no País, houve, segundo Sabóia e Caillaux (2003, p. 61), uma diminuição no número de domicílios com mais de uma família, assim como uma queda na densidade de moradores por dormitório.

Para o total do Brasil, a proporção de domicílios com mais de uma família residente diminuiu de 6,8% em 1991 para 6,5% em 2000, fenômeno este também verificado nas Regiões Sudeste, Sul e Centro-Oeste (6,2% para 5,4%; 6,4% para 5,3%; e 6,4% para 5,5%, respectivamente), porém, nas Regiões Norte e Nordeste ocorreram aumento (9,2% para 10,4% e 7,6% para 8,4%, respectivamente).

⁴⁰ Segundo dados recentes, divulgados pelo IBGE, com base no Registro Civil de 2003, o brasileiro está mais propenso ao casamento, mas também está legalmente dissolvendo os laços matrimoniais em números crescentes. E, ainda, está se casando cada vez mais tarde: 1) em 2003 foram realizados 748 981 casamentos, representando um retorno ao patamar de 1993 (745 826), depois de ter caído para 730 272 em 2000; 2) em 2002, a maioria das uniões legais estava na faixa dos 20 a 24 anos, enquanto que em 2003 passou para a faixa etária entre 25 a 29 anos. 3) Com relação à idade média em que o brasileiro e a brasileira se casam, entre as mulheres é de 27,2 anos; entre os homens é de 30,6 anos. Os dados mostram que desde 1993, as idades subiram, para ambos os sexos, cerca de 3 anos; e, 4) de 1993 a 2003, as separações cresceram 17,8% e os divórcios 36,6%. Do mesmo modo que os casamentos, a idade média em que ocorrem divórcios subiu.

Em relação a densidade de moradores por dormitório, os dados apontam que a proporção do número de domicílios com até dois moradores por dormitório apresentou aumento, tanto no total do Brasil quanto em todas as regiões. No Brasil esta proporção passou de 62,9% (1991) para 72,3% (2000).

Arranjos familiares/domiciliares

O Quadro 2 apresenta os principais padrões de organização das famílias no Brasil, analisadas segundo uma tipologia⁴¹ composta por três universos distintos: o das famílias com laços de parentesco; o das famílias unipessoais; e o daquelas formadas por duas ou mais pessoas sem parentesco. Esta tipologia, denominada de “unidades domésticas” (CASTELLO BRANCO, 1989, p. 8) tem sido utilizada, mantendo ou não sua forma e denominação original, por diversos pesquisadores.⁴² Segundo Saboia e Caillaux (2003, p. 46), faz sentido analisar os grupos que têm relação de parentesco, separadamente, daqueles onde não figura o princípio do parentesco cuja dinâmica apresenta configurações diversas.

No período de 30 anos, entre 1970 e 2000, como pode ser visto no Quadro 2, o número de unidades domésticas apresentou um crescimento relativo de 160,1%, passando de 18,5 milhões para 48,2 milhões. Embora o aumento seja significativo, o aumento do número de unidades domésticas vem acompanhando o momento de transição demográfica no período, apontando para um decréscimo em números relativos, quando se analisam as diferenças percentuais entre os decênios: 44,5% (1970/1980), 39,9% (1980/1991) e 28,7% (1991/2000).

Quadro 2
Unidades domésticas residentes em domicílios particulares, segundo o tipo de unidade doméstica
Brasil – 1970-2000

Tipo de unidade doméstica	1970	1980	1991	2000
Total	18 554 426	26 806 748	37 502 523	48 262 785
Famílias unipessoais	900 455	1 554 972	2 419 919	4 126 487
Duas ou mais pessoas sem parentesco	172 857	205 657	188 099	142 628
Famílias com parentesco	17 481 114	25 046 119	34 894 507	43 993 672

Fonte: IBGE. Censos Demográficos 1970-2000.

Dentre os tipos de unidades domésticas a que mais cresceu foi a do tipo família unipessoal (358,3%), seguido do tipo família com parentesco (151,7%), porém nota-se que aquelas formadas por duas ou mais pessoas sem parentesco embora tenha crescido entre 1970 e 1980 (19,0%), apresentou decréscimo entre 1980 e 2000 (-30,6%).

O grande crescimento do número de famílias unipessoais, principalmente entre 1991 e 2000, segundo Saboia e Caillaux (2003, p. 46), é resultado de um conjunto de fatores entre os quais pode-se destacar: o aumento da esperança de vida, principalmente para as mulheres; o crescimento das separações conjugais; e o intenso processo de urbanização, que proporciona alternativas mais propícias a este tipo de arranjo. E acrescentam que, grande parte das famílias unipessoais configuram-se como unidades constituídas por mulheres (15,5% contra 5,7% de responsabilidade masculina). Também a questão da idade tem um peso significativo: as mulheres idosas eram responsáveis por mais da metade dessas unidades.

No Quadro 2, nota-se que, em números relativos, o padrão dominante de organização das unidades domésticas, no período, continua sendo o formado pelas famílias com parentesco, porém apresentando percentuais decrescentes em relação ao total de unidades domésticas: 94,3% em 1970; 93,5% em 1980; 93,0% em 1991; e, 91,2% em 2000.

⁴¹ Tipologia básica de caráter descritivo que aponta os arranjos familiares mais frequentes na sociedade brasileira e utilizada por Castello Branco (1989, p. 9-10).

⁴² Goldani (1984, 1990, 1993 e 1994), Saboia; Caillaux (2003).

Nota-se, também, que as unidades domésticas formadas por duas ou mais pessoas sem parentesco, pouco representativas no conjunto, apresentaram decréscimo entre 1970 e 2000, enquanto que as famílias unipessoais cresceram 3,7%: de 4,9% em 1970 para 8,6% em 2000.

Ao analisarmos, no Quadro 3, os arranjos familiares das famílias com parentesco, nota-se o crescimento de todos os tipos de unidades domésticas. Porém, observa-se que as principais mudanças ocorridas nos últimos 30 anos foram: a redução do tipo de família constituída por casal com filhos (com e sem parentes) e o aumento daquelas chefiadas por mulheres sem cônjuge e com filhos (com e sem parentes), que passaram de 71,7% em 1970, para 61,2% em 2000 e de 9,7% em 1970 para 17,2% em 2000, respectivamente. Quanto aos demais tipos, de modo geral, permaneceram nos mesmos níveis percentuais ou tiveram variações pouco expressivas, como é caso da categoria “Outro” que aumentou 1% (3,3% em 1970 e 4,3% em 2000) e a categoria “Casal sem filhos” (11,0% em 1970 e 13,1% em 2000).

Quadro 3
Famílias com parentesco, residentes em domicílios particulares, segundo o tipo de arranjo familiar
Brasil – 1970-2000

Tipo de arranjo familiar	1970	1980	1991	2000
Total	17 481 114	25 046 119	34 894 507	43 993 672
Casal sem filhos	1 916 609	2 978 420	4 203 738	5 783 250
Casal sem filhos e com parentes	387 435	487 844	610 506	881 208
Casal com filhos	10 825 428	15 234 267	20 335 906	23 915 116
Casal com filhos e com parentes	1 713 993	2 187 462	2 549 797	2 971 769
Mulher chefe/responsável (1) sem cônjuge e com filhos	1 376 580	2 278 095	4 265 599	6 047 643
Mulher chefe/responsável (1) sem cônjuge e com filhos e com parentes	317 395	547 364	936 469	1 542 017
Homem chefe/responsável (1) sem cônjuge e com filhos	268 402	339 870	503 986	762 869
Homem chefe/responsável (1) sem cônjuge e com filhos e com parentes	93 717	102 600	132 377	187 324
Outras famílias com parentesco	581 555	890 197	1 356 129	1 902 476

Fonte: IBGE. Censos Demográficos 1970-2000.

Notas: 1 - Na categoria Outro estão incluídos arranjos do tipo avó residindo com neto ou dois irmãos, etc. 2 - As pessoas na categoria de agregados, pensionistas, empregado doméstico e parente do empregado doméstico estão distribuídas nos tipos de família.

(1) 1970, 1980 e 1991, relação com o chefe do domicílio; 2000, relação com o responsável pelo domicílio.

Grupos etários/sociais

Para a sociedade, o estabelecimento de critérios para situar a pessoa numa determinada faixa etária tem sido a maneira mais simples para definir o que é infância, adolescência, puberdade, juventude, vida adulta, velhice, etc. Este critério tem sido usado largamente em estudos estatísticos, na determinação da idade escolar obrigatória, na política da previdência social, na Constituição Brasileira, nos Códigos Penal e Civil, nos Estatutos da Criança e do Adolescente e do Idoso, etc.

Os Quadros 4 e 5 apresentam, respectivamente, a população brasileira masculina e feminina nos anos de 1970, 1980, 1991 e 2000, subdividida em grupos etários/sociais e apresentada segundo a composição domiciliar: chefe/responsável pelo domicílio, cônjuge e filhos e enteados.⁴³

⁴³ Nos Quadros 5 e 6 a falta de dados numéricos ou de dados numéricos com pouca expressão nas faixas relativas à infância e à adolescência para as categorias de pessoas chefes/responsáveis e de cônjuges deve-se ao fato de que, para os anos de 1970 e 1980 estas categorias apenas eram investigadas para a população de 15 anos ou mais de idade e para os anos de 1991 e 2000 para a população de 10 anos ou mais de idade. No Quadro 6 a

Para a definição dos grupos etários/sociais, abordados nos Quadros 4 e 5, foram utilizados os critérios e as definições apresentadas pelo Estatuto da Criança e do Adolescente⁴⁴; Organização das Nações Unidas⁴⁵, Constituição da República Federativa do Brasil⁴⁶, Código Civil⁴⁷, Código Penal⁴⁸, Estatuto do Idoso⁴⁹.

Ao somarmos os valores numéricos contidos nos Quadros 4 e 5 podemos verificar as mudanças ocorridas, no total da população brasileira, nas três últimas décadas. Embora tenha havido aumento nos números absolutos de todas as faixas, destaca-se, em termos percentuais, a grande diminuição apresentada pelas duas primeiras faixas etárias (infância e adolescência), que, totalizadas para o Brasil, passaram de 48,86% em 1970 para 35,94% em 2000; e, também, o aumento do número de adultos e de idosos, que, no ano de 1970 representavam 51,13% e 5,28%, respectivamente, e que, em 2000, passaram a representar 64,07% e 8,56%.

Outro fato relacionado à população total que merece destaque é em relação ao número de filhos e enteados, que, entre 1970 e 2000, vem registrando uma diminuição considerável no número de crianças (de 33,13% para 19,54%); uma pequena variação nos percentuais de adolescentes (de 12,49% para 10,81%), jovens (de 13,02% para 13,49%), jovens adultos (de 7,27% para 8,20%) e de idosos (que praticamente manteve-se em 0,05%); e um crescimento no número de filhos adultos (9,92% para 13,47%).

Comparando-se os Quadros 4 e 5 podemos verificar que embora a população total feminina seja maior que a masculina, esta característica não é constante em todas as categorias, apresentando inversões: na infância o número de homens é maior; na adolescência e na juventude há um equilíbrio; e na fase adulta e na velhice as mulheres são maioria.

Quadro 4

População masculina, segundo a relação com o chefe/responsável pelo domicílio e grupos de idade
Brasil – 1970-2000

Relação com o chefe/responsável (1) pelo domicílio e grupos de idade	1970	1980	1991	2000
Total (2)	46 327 250	59 142 833	72 478 162	83 602 317
00 – 11 (Infância) (2)	16 257 303	18 709 502	20 857 548	20 225 358
12 – 17 (Adolescência) (2)	6 527 074	8 423 607	9 582 862	10 706 285
15 – 24 (Jovem) (2)	9 102 865	12 382 453	14 217 422	17 076 453

falta de dados numéricos para as pessoas cônjuges no ano de 1970 deve-se ao fato de que a definição de cônjuge utilizada não permitia à pessoa do sexo masculino ser classificada nesta categoria.

⁴⁴ Artigo 2º: Considera-se criança, para os efeitos desta Lei, a pessoa até doze anos de idade incompletos, e adolescente aquela entre doze e dezoito anos de idade. (BRASIL, 1990, Internet).

⁴⁵ A Juventude por definição: A Assembléia Geral da ONU definiu a juventude, pela primeira vez, em 1985 para o Ano Internacional da Juventude. Ao subscrever as diretrizes para o planejamento posterior e o acompanhamento adequado no sector da juventude, a Assembléia, para fins estatísticos, definiu como jovens as pessoas entre os 15 e os 24 anos, sem prejuízo de outras definições de Estados Membros. No entanto, acrescentou que, para além da definição estatística do termo juventude referida atrás, o sentido do termo juventude variava em diferentes sociedades em todo o mundo e que as definições de juventude haviam mudado continuamente como resposta a flutuações das circunstâncias políticas, económicas e sócio-culturais. No entanto, desde 1985, todos os serviços estatísticos do sistema das Nações Unidas têm utilizado a coorte etária 15-24 para a recolha de estatísticas mundiais sobre a juventude. (ONU, 2004, Internet).

⁴⁶ Artigo 228º: São penalmente inimputáveis os menores de dezoito anos, sujeitos às normas da legislação especial. (BRASIL, 1988, Internet).

⁴⁷ Artigo 5º: A menoridade cessa aos dezoito anos completos, quando a pessoa fica habilitada à prática de todos os atos da vida civil. (BRASIL, 2002, Internet).

⁴⁸ Artigo 27º: Os menos de 18 (dezoito) anos são penalmente inimputáveis, ficando sujeitos às normas estabelecidas na legislação especial. (BRASIL, 1940, Internet).

⁴⁹ Artigo 1º: É instituído o Estatuto do Idoso, destinado a regular os direitos assegurados às pessoas com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos. (BRASIL, 2003, Internet).

18 e mais (Adulto) (2)	23 542 873	32 009 724	42 037 751	52 670 673
18 – 24 (Jovem adulto) (2)	6 012 225	8 194 020	9 602 493	11 679 381
60 e mais (Idoso) (2)	2 389 450	3 479 367	4 894 172	6 527 630
Chefe/Responsável pelo domicílio	16 194 701	21 815 004	28 610 011	33 885 432
00 – 11 (Infância)	2 360	4 821
12 – 17 (Adolescência)	20 573	33 337	52 465	48 931
15 – 24 (Jovem)	1 245 010	1 762 032	2 011 772	2 154 229
18 e mais (Adulto)	16 174 128	21 781 655	28 555 186	33 831 680
18 – 24 (Jovem adulto)	1 224 437	1 728 695	1 966 832	2 111 097
60 e mais (Idoso)	2 072 091	3 048 940	4 348 293	5 643 076
Cônjuge	..	66 839	322 780	1 765 966
00 – 11 (Infância)	68	609
12 – 17 (Adolescência)	..	164	528	4 306
15 – 24 (Jovem)	..	4 513	21 938	120 122
18 e mais (Adulto)	..	66 675	322 184	1 761 050
18 – 24 (Jovem adulto)	..	4 429	21 497	116 724
60 e mais (Idoso)	..	11 900	50 355	255 913
Filhos e enteados	26 818 146	31 878 909	36 491 686	39 268 202
0 – 11 (Infância)	15 615 772	17 042 308	18 241 638	16 890 624
12 – 17 (Adolescência)	5 947 060	7 645 092	8 606 887	9 518 538
15 – 24 (Jovem)	6 665 310	8 955 713	10 347 557	12 681 165
18 e mais (Adulto)	5 255 314	7 191 509	9 643 162	12 859 039
18 – 24 (Jovem adulto)	3 900 287	5 212 665	6 259 074	7 916 750
60 e mais (Idoso)	23 479	21 974	11 851	37 375

Fonte: IBGE. Censos Demográficos 1970-2000.

Notas: 1 - Idade do chefe/responsável pelo domicílio e do(a) cônjuge do domicílio: 1970 e 1980 - 15 anos e mais; 1991 e 2000 - 10 anos e mais. 2 - Sinal convencional utilizado: .. Não se aplica dado numérico.

(1) 1970, 1980 e 1991, relação com o chefe do domicílio; 2000, relação com o responsável pelo domicílio. (2) Inclusive as categorias: outros parentes (pai, mãe, sogros, netos, bisnetos, irmãos, etc.); agregado; pensionista; empregado doméstico e filho de empregado doméstico; e hóspede.

Em ambos os quadros nota-se que os jovens adultos, tanto no total quanto em todas as categorias de relação com o chefe/responsável pelo domicílio, apresentam pouca variação nos valores percentuais entre os anos de 1970 e 2000. Porém, quando analisamos os adultos por sexo, verificamos que houve um aumento expressivo de mulheres chefes/responsáveis pelo domicílio, que passaram de 5,19% em 1970 para 12,93% em 2000, enquanto os homens passaram de 34,91% em 1970 para 40,47% em 2000, indicando um maior aumento na independência feminina.

Embora a investigação censitária permita às pessoas classificarem-se como chefes/responsáveis e cônjuges, sem distinção de sexo, nota-se que a discrepância de valores entre os sexos nestas categorias são enormes. Embora possamos destacar que em ambas as categorias existiram aumentos ao longo do tempo, principalmente para os anos de 1991 e 2000 os maiores aumentos foram nas categorias cônjuges masculinos com 354% e na chefia/responsabilidade feminina com 76,9%.

Outro fato marcante que surge ao compararmos os dois quadros é a inversão da quantidade, por sexo, do total de adultos e o total de filhos adultos. Enquanto, no Quadro 4, os homens apresentaram uma variação percentual de 12,18 pontos, passando de 50,82 em 1970 para 63,00% em 2000, no Quadro 5 as mulheres apresentavam uma variação percentual de 13,65 pontos, passando de 51,45% em 1970 para 65,10% em 2000. Além desta diferença nota-se que no total as mulheres nos quatro anos apontados eram maioria. Por outro lado, quando analisamos a quantidade de filhos e enteados os homens apresentam valores percentuais maiores que as mulheres em todos os anos (passando os homens de 11,34% em 1970 para 15,38% em 2000 e as mulheres de 8,52% em 1970 para 11,61% em 2000) e

também um crescimento maior entre 1970 e 2000 (4,02 pontos para os homens e 3,09 para as mulheres), indicando que os filhos e enteados do sexo masculino permanecem mais tempo na casa dos pais do que os do sexo feminino.

Quadro 5
População feminina, segundo a relação com o chefe/responsável pelo domicílio e grupos de idade
Brasil – 1970-2000

Relação com o chefe/responsável (1) pelo domicílio e grupos de idade	1970	1980	1991	2000
Total (2)	46 807 596	59 868 219	74 337 630	86 270 539
00 – 11 (Infância) (2)	15 953 329	18 278 704	20 253 841	19 534 000
12 – 17 (Adolescência) (2)	6 773 903	8 527 458	9 559 450	10 577 575
15 – 24 (Jovem) (2)	9 614 836	12 704 310	14 353 467	17 015 770
18 e mais (Adulto) (2)	24 080 364	33 062 057	44 524 339	56 158 963
18 – 24 (Jovem adulto) (2)	6 315 689	8 405 849	9 719 871	11 685 804
60 e mais (Idoso) (2)	2 525 638	3 860 878	5 781 936	8 011 358
Chefe/Responsável pelo domicílio	2 438 828	3 635 546	6 324 466	11 187 466
00 – 11 (Infância)	776	1.242
12 – 17 (Adolescência)	11 740	9 498	16 169	29 352
15 – 24 (Jovem)	153 552	154 701	243 348	499 656
18 e mais (Adulto)	2 427 088	3 626 044	6 307 521	11 156 873
18 – 24 (Jovem adulto)	141 812	145 203	229 340	473 713
60 e mais (Idoso)	668 970	1 199 721	2 037 275	3 385 674
Cônjuge	14 831 619	19 986 286	26 202 516	30 262 251
00 – 11 (Infância)	1 055	3 900
12 – 17 (Adolescência)	215 394	285 563	328 215	377 447
15 – 24 (Jovem)	2 630 370	3 419 680	3 720 679	3 975 213
18 e mais (Adulto)	14 616 225	19 700 723	25 873 247	29 880 904
18 – 24 (Jovem adulto)	2 429 154	3 150 950	3 422 047	3 631 427
60 e mais (Idoso)	902 760	1 419 706	2 224 659	2 993 017
Filhos e enteados	24 904 007	29 411 602	33 169 646	35 167 582
0 – 11 (Infância)	15 236 737	16 581 327	17 685 126	16 302 966
12 – 17 (Adolescência)	5 680 879	7 136 150	7 940 295	8 846 345
15 – 24 (Jovem)	5 459 220	7 235 836	8 209 787	10 240 645
18 e mais (Adulto)	3 986 391	5 694 125	7 544 225	10 018 271
18 – 24 (Jovem adulto)	2 866 540	3 850 687	4 604 651	6 008 435
60 e mais (Idoso)	22 235	25 654	23 595	49 092

Fonte: IBGE. Censos Demográficos 1970-2000.

Notas: 1 - Dados da pesquisa da amostra. 2 - Idade mínima aceita para o chefe/responsável pelo domicílio e do(a) cônjuge do domicílio: 1970 e 1980 - 15 anos e mais; 1991 e 2000 - 10 anos e mais. 3 - Sinal convencional utilizado: .. Não se aplica dado numérico.

(1) 1970, 1980 e 1991, relação com o chefe do domicílio; 2000, relação com o responsável pelo domicílio. (2) Inclusive as categorias: outros parentes (pai, mãe, sogros, netos, bisnetos, irmãos, etc.); agregado; pensionista; empregado doméstico e filho de empregado doméstico; e hóspede.

2.3 – Comentários finais

A família brasileira, neste novo milênio, aparece como uma nova família: com novo formato, novo modelo, cara nova, etc. O álbum de família moderno requer legendas cada vez mais encorpadas para explicar quem é quem. Embora o arranjo familiar composto de casal com filho, com ou sem parentes, seja, ainda, a maioria do total de arranjos (61,0% em 1991 para 55,7% em 2000), em muitos lares não existe mais o modelo clássico, com pai, mãe e filhos do mesmo casamento, o que é demonstrado pelo grande aumento de casais que vivem em união consensual (18,3% em 1991 para 28,3% em 2000); pelo número crescente de pais e mães sozinhos que criam os filhos (16,8% em 1991 para 19,4% em 2000); e pelo crescimento

do número de separações judiciais e divórcio que entre 1993 e 2003 aumentaram 17,8% e 44%, respectivamente. São estatísticas que confirmam, na prática, a mudança no conceito de família. Embora o modelo nuclear ainda seja maioria, cresce a incidência de novos arranjos.

Ao olharmos o retrato das famílias atuais, segundo Pereira (2003, p. 82), poderemos nos deparar com algumas situações que deixariam nossos avós admirados: aquele que parece ser o pai é o padrasto; a moça com uma criança no colo não é a mãe, mas uma meia-irmã; os três jovens que dividem o mesmo teto são um casal e uma amiga; e aquela que parecia ser a mãe pode ser na verdade a namorada dela, etc. Além do mais, acrescenta Pereira, os domicílios são formados por gente morando sozinha, avós ou tios criando netos, casais sem filhos, “produções independentes” e outras tantas alternativas, como, por exemplo, os grupos de amigos que decidem morar junto para dividir um apartamento grande. E não se trata, no caso, de estudantes de orçamento apertado, mas de adultos com trabalho fixo e contracheque.

Outras situações familiares, nos tempos atuais, estão cada vez mais frequentes. Algumas, de temporárias, acabam virando definitivas, como o homem que se separa da mulher e volta a morar com os pais, “apenas por alguns dias”, ou então aquelas em que os filhos adultos permanecem residindo na casa dos pais e retardam ao máximo o grito de independência, prolongando a convivência familiar e saindo, apenas, quando julgam que está na hora de constituir uma nova família ou de morar sozinho.

A nova família, que anteriormente era definida pela obrigação e hoje é definida pelo afeto, cada vez mais aparece no cenário nacional, num debate em torno do presente e do futuro da instituição família e do valor da família diante da generalização do individualismo. A esse respeito, Lia Zanotta Machado em entrevista concedida a Pereira (2003, p. 84), aponta que o valor da família não prevalece mais sobre os dos sentimentos individuais das pessoas, visto que até a metade do Século XX para se formar uma família predominava fortemente a relação de consangüinidade e hoje, o mais importante é a relação amorosa.

Os avanços tecnológicos permitiram que se pudesse limitar o número de filhos e que se pudesse viver por muito mais tempo, trazendo implicações diretas no tamanho e na estrutura da família. Segundo Berquó (1989, p. 13), a competição entre os sexos influenciou os desejos e as decisões de entrar e de sair de uniões conjugais, afetando diretamente o celibato, a idade de entrada em união, o tipo de união conjugal escolhido, sua duração, seu rompimento e início ou não de novas uniões.

Quanto às mudanças e perspectivas futuras da população e da família brasileira, tudo indica que os três aspectos, apontados por Goldani (1994, p. 18), são e continuam sendo importantes nos rumos futuros a serem tomados, tanto pelo Estado quanto pela população. Primeiro, os prognósticos demográficos para os próximos anos e seus impactos sobre a estrutura populacional e sobre a composição das demandas por serviços públicos e familiares. Segundo, as tendências e perspectivas institucionais que caracterizam as políticas sociais e econômicas do Estado brasileiro e as chances de participação da população. Finalmente, o potencial de mudanças da família frente aos fatos atuais e às expectativas das pessoas quanto aos valores e comportamentos em áreas sensíveis de mudanças na família, tais como: relações entre os sexos e casamento, filhos, e as novas condições da mulher.

Porém, no futuro, mesmo que a contínua dependência da mulher em relação ao marido, dos filhos com os pais e vice-versa mantenha-se em declínio, visto que cada vez mais mulheres e filhos estão no mercado de trabalho e desafiam os esquemas de dependência e responsabilidades no interior do núcleo doméstico, a família não deixará seu papel de refúgio ou de último recurso ao qual seus membros recorrem, pois é na família que nos momentos tristes buscamos consolo, amparo e esperança; nos momentos de alegria encontramos confraternização; e nos momentos de dificuldade encontramos apoio e solidariedade.

Bibliografia

- ALMEIDA, Ângela Mendes de. **NOTAS SOBRE A FAMÍLIA NO BRASIL**. In: ALMEIDA, Ângela Mendes de (Org.), **PENSANDO A FAMÍLIA NO BRASIL**. Rio de Janeiro, RJ (Brasil): Espaço e Tempo, UFRRJ, 1987. p. 53-66.
- ALMEIDA, Ângela Mendes de; CARNEIRO, Maria José; PAULA, Silvana Gonçalves de. **INTRODUÇÃO**. In: ALMEIDA, Ângela Mendes de (Org.). **PENSANDO A FAMÍLIA NO BRASIL**. Rio de Janeiro, RJ (Brasil): Espaço e Tempo, UFRRJ, 1987. p. 13-21.
- BELTRÃO, Kaizô Iwakami; CAMARANO, Ana Amélia; KANSO, Solange. **DINÂMICA POPULACIONAL BRASILEIRA NA VIRADA DO SÉCULO XX**. Rio de Janeiro, RJ (Brasil): IPEA, ago. 2004. 76 p. (Texto para discussão, n. 1034). Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br>> Acesso em: out. 2004.
- BERCOVICH, Alicia; PEREIRA, Nilza de Oliveira Martins. **Comentários dos resultados de Características Gerais da População**. In: INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico 2000: Características gerais da população (resultados da amostra)**. Rio de Janeiro, RJ (Brasil): IBGE, 2003. p. 35-82.
- BERQUÓ, Elza. **A família no século XXI: um enfoque demográfico**. Revista Brasileira de Estudos Populacionais, São Paulo, SP (Brasil): ABEP, v. 6, n. 2, 16 p. jul./dez. 1989. Disponível em: <<http://www.abep.nepo.unicamp.br>>. Acesso em: abr. 2004
- BRASIL. **Código Civil**. Lei n. 10.406, de 10 jan. 2002. Disponível em: <<http://www.mj.gov.br/sal>>. Acesso em: nov. 2004.
- BRASIL. **Código Penal**. Decreto-lei n. 2.848, de 07 dez. 1940. Disponível em: <<http://www.mj.gov.br/sal>>. Acesso em: nov. 2004.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Promulgada em 05 out. 1988 (texto consolidado até a Emenda n. 44 de 30 jun. 2004). Disponível em: <<http://www.senado.gov.br>>. Acesso em: nov. 2004.
- BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Lei n. 8.060, de 13 jul. 1990. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/2003/L10.741.htm>. Acesso em: nov. 2004.
- BRASIL. **Estatuto do Idoso**. Lei n. 10.741, de 1 out. 2003. Disponível em: <<http://www.presidencia.gov.br/sedh>>. Acesso em: nov. 2004.
- BRUSCHINI, Cristina. **Uma abordagem sociológica de família**. Revista Brasileira de Estudos Populacionais, São Paulo, SP (Brasil): ABEP, v. 6, n. 1, p. 1-23, jan./jun. 1989. Disponível em: <http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/rev_inf/vol6_n1_1989/vol6_n1_1989_1artigo_1_23.pdf>. Acesso em: mar. 2004.
- CAMARANO, Ana Amélia. **Mulher idosa: suporte familiar ou agente de mudança?**. Estudos avançados. São Paulo, SP (Brasil): Instituto de Estudos Avançados da USP. v. 17, n. 49, p. 35-63, set./dez. 2003. Disponível em: <<http://www.scielo.br>>. Acesso em: mar. 2004.
- CASTELO BRANCO, Helena Alvim. **FAMÍLIA: INDICADORES SOCIAIS 1981/1987**. Rio de Janeiro, RJ (Brasil): IBGE, 1989. v. 1, 28 p.
- COSTA, Albertina de Oliveira; BRUSCHINI, Cristina; SARTI, Cynthia Andersen. **Introdução: A família em destaque**. Revista de Estudos e Pesquisas em Educação, São Paulo, SP (Brasil): Fundação Carlos Chagas, p. 5-6, nov. 1994. (Cadernos de Pesquisa, n. 91).
- FERRARI, Mário; KALOUSTIAN, Silvio Manoug. **Introdução**. In: KALOUSTIAN, Silvio Manoug. (Org.). **FAMÍLIA BRASILEIRA: a base de tudo**. 2. ed. São Paulo, SP (Brasil): Editora Cortez, Brasília, DF: UNICEF, 1994. p. 11-15.
- FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Dicionário Aurélio Eletrônico Século XXI**. Versão 3.0, Rio de Janeiro, RJ (Brasil): Editora Nova Fronteira; Lexicon Informática Ltda, nov. 1999. 1 CD-ROM.
- FUKUI, Lia. **FAMÍLIA: CONCEITOS, TRANSFORMAÇÕES NAS ÚLTIMAS DÉCADAS E PARADIGMAS**. In: PALMA E SILVA, Luiz A.; STANISCI, Silvia Andrade; BACCHETTO, Sinesio. (Org.) **FAMÍLIAS: Aspectos conceituais e questões metodológicas em projetos**. Brasília, DF: MPAS/SAS; São Paulo, SP (Brasil): FUNDAP, 1998. p. 15-22. (Discutindo a assistência social no Brasil). Disponível em <http://www.inss.gov.br/docs/familias_seas.pdf>. Acesso em: mar. 2004.
- GOLDANI, Ana Maria. **A DEMOGRAFIA “FORMAL” DA FAMÍLIA: TÉCNICAS E DADOS CENSITÁRIOS**. In: Encontro Nacional de Estudos Populacionais, 4., 1984, Caxambu, MG (Brasil). **Anais...**, Belo Horizonte, MG (Brasil): ABEP, 1984. v. 3, p. 1257-1296. Disponível em: <<http://www.abep.nepo.unicamp.br>>. Acesso em: mar. 2004.

- GOLDANI, Ana Maria. **AS FAMÍLIAS BRASILEIRAS: MUDANÇAS E PERSPECTIVAS**. Revista de Estudos e Pesquisas em Educação, São Paulo, SP (Brasil): Fundação Carlos Chagas, p. 7-22, nov. 1994. (Cadernos de Pesquisa, n. 91).
- GOLDANI, Ana Maria. **AS FAMÍLIAS NO BRASIL CONTEMPORÂNEO E O MITO DA DESESTRUTURAÇÃO**. Cadernos PAGU, Campinas, SP (Brasil): IFCH/UNICAMP, n 1, p. 67-110, 1993.
- GOLDANI, Ana Maria. **FAMÍLIA, TRAJETÓRIAS INDIVIDUAIS E MUDANÇAS DEMOGRÁFICAS**. In: Encontro Nacional de Estudos Populacionais, 7., 1990, Caxambu, MG (Brasil). **Anais...**, Belo Horizonte, MG (Brasil): ABEP, 1990. v. 1, p. 55-98. Disponível em: <<http://www.abep.nepo.unicamp.br>>. Acesso em: mar. 2004.
- GOLDANI, Ana Maria. Famílias e gêneros: uma proposta para avaliar (des)igualdades. In: Encontro Nacional de Estudos Populacionais, 12., 2000, Caxambu, MG (Brasil). **Anais...**, Belo Horizonte, MG (Brasil): ABEP, 2000. v. 1, 20 p. Disponível em: <<http://www.abep.nepo.unicamp.br>>. Acesso em: mar. 2004.
- GOLDANI, Ana Maria. **Famílias, gênero e políticas: famílias brasileiras nos anos 90 e seus desafios como fator de proteção**. Revista Brasileira de Estudos de População, Belo Horizonte, MG (Brasil): ABEP, v. 19, n. 1, p. 20-48, 2002. Disponível em: <<http://www.abep.nepo.unicamp.br>> Acesso em: mar. 2004.
- HOUAISS, Antonio. **Dicionário Eletrônico Houaiss da Língua Portuguesa**. Versão 1.0, Rio de Janeiro, RJ (Brasil): Editora Objetiva Ltda, dez. 2001. 1 CD-ROM.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico 1991: características gerais e instrução (resultados da amostra)**. Rio de Janeiro, RJ (Brasil): IBGE, 1996.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico 1991: famílias e domicílios (resultados da amostra)**. Rio de Janeiro, RJ (Brasil): IBGE, 1996.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico 2000: características gerais da população (resultados da amostra)**. Rio de Janeiro, RJ (Brasil): IBGE, 2003.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico 2000: famílias e domicílios (resultados da amostra)**. Rio de Janeiro, RJ (Brasil): IBGE, 2003.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico 2000: nupcialidade e fecundidade (resultados da amostra)**. Rio de Janeiro, RJ (Brasil): IBGE, 2003.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Dados Históricos dos Censos**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: nov. 2004.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Estatísticas do Registro Civil 2003**. Rio de Janeiro, RJ (Brasil): IBGE, v. 30. 2004.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **IX Recenseamento Geral do Brasil 1980: Censo Demográfico (Dados Gerais, Migração, Instrução, Fecundidade e Mortalidade)**. Rio de Janeiro, RJ (Brasil): IBGE, v. 1, tomo 4, n. 1, 1983.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **IX Recenseamento Geral do Brasil 1980: Censo Demográfico (Famílias e Domicílios)**. Rio de Janeiro, RJ (Brasil): IBGE, v. 1, tomo 6, n. 1, 1983.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **VII Recenseamento Geral do Brasil 1960: Censo Demográfico**. Rio de Janeiro, RJ (Brasil): IBGE, (1965?).
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **VIII Recenseamento Geral do Brasil 1970: Censo Demográfico**. Rio de Janeiro, RJ (Brasil): IBGE, 1972. Artigo eletrônico (formato htm), paginado para papel formato A4, contendo 21 páginas.
- MACHADO, Lia Zanotta. **Famílias e individualismo: tendências contemporâneas no Brasil**. Revista Interface: Comunicação, Saúde e Educação, Botucatu, SP (Brasil): Fundação UNI/UNESP, v. 4, n. 8, p. 11-26, 2001.
- MEDEIROS, Marcelo; OSÓRIO, Rafael G. **Arranjos Domiciliares e Arranjos Nucleares no Brasil: Classificação e Evolução de 1977 a 1998**. Rio de Janeiro, RJ (Brasil): IPEA, jun. 2001. 45 p. (Texto para Discussão, n. 788). Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br>> Acesso em: abr. 2004.
- MEDEIROS, Marcelo; OSÓRIO, Rafael G. **MUDANÇAS NAS FAMÍLIAS BRASILEIRAS: A COMPOSIÇÃO DOS ARRANJOS DOMICILIARES ENTRE 1978 E 1998**. Rio de Janeiro, RJ (Brasil): IPEA, jun. 2002. 31 p. (Texto para Discussão, n. 886). Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br>> Acesso em: abr. 2004.
- MEDEIROS, Marcelo; OSÓRIO, Rafael G.; VARELLA, Santiago. **O LEVANTAMENTO DE INFORMAÇÕES SOBRE FAMÍLIAS NAS PNADs DE 1992 A 1999**. Rio de Janeiro: IPEA, fev. 2002. 32 p. (Texto para discussão, n. 860). Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br>> Acesso em: abr. 2004.
- NEDER, Gizlene. **AJUSTANDO O FOCO DAS LENTES: um novo olhar sobre a organização das famílias no Brasil**. In: KALOUSTIAN, Silvio Manoug. (Org.). **FAMÍLIA BRASILEIRA: a base de tudo**. 2 ed. São Paulo, SP (Brasil): Editora Cortez, Brasília, DF: UNICEF, 1994. p. 26-46.

- OLIVEIRA, Jane Souto. **“Brasil mostra a tua cara”**: imagens da população brasileira nos censos demográficos de 1872 a 2000. Rio de Janeiro, RJ (Brasil): ENCE/IBGE, 2003. 69 p. (Texto para discussão, n. 6)
- ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Alguns Dados sobre Juventude**. Centro de Informação das Nações Unidas em Portugal. 2004. Disponível em: <<http://www.onuportugal.pt/especifico.htm>>. Acesso em: nov. 2004.
- PEREIRA, Paula. **A NOVA FAMÍLIA**. Revista Época (Editora Globo). Rio de Janeiro, RJ (Brasil), n. 293, p. 82-89, 29 dez. 2003.
- PINTO, José Marcelino de Resende et al. **Comentários dos resultados de Educação**. In: INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico 2000: Educação** (resultados da amostra). Rio de Janeiro, RJ (Brasil): IBGE, 2003. p. 38-62.
- PRADO, Danda. **O QUE É FAMÍLIA**. São Paulo, SP (Brasil): Editora Brasiliense, 1981. 95 p.
- RODRIGUES, Arakcy Martins. **DINÂMICA GRUPAL E INDIVÍDUO NO SISTEMA DE DISTRIBUIÇÃO DE PRIVILÉGIOS NA FAMÍLIA**. Revista de Estudos e Pesquisas em Educação, São Paulo, SP (Brasil): Fundação Carlos Chagas, p. 44-51, maio 1981. (Cadernos de Pesquisa, n. 37).
- SABOIA, Ana Lucia; CAILLAUX, Elisa Lustosa. **Comentários dos resultados de Famílias e Domicílios**. In: INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico 2000: famílias e domicílios** (resultados da amostra). Rio de Janeiro, RJ (Brasil): IBGE, 2003. p. 45-68.
- SAMARA, Eni de Mesquita. **A FAMÍLIA BRASILEIRA**. 4 ed. São Paulo, SP (Brasil): Editora Brasiliense, 1998. 91 p.
- SAMARA, Eni de Mesquita. **TENDÊNCIAS ATUAIS DA HISTÓRIA DA FAMÍLIA NO BRASIL**. In: ALMEIDA, Ângela Mendes de (Org.). **PENSANDO A FAMÍLIA NO BRASIL**. Rio de Janeiro, RJ (Brasil): Espaço e Tempo: UFRRJ, 1987. p. 25-36.
- SIMÕES, Celso Cardoso da Silva et al. **Comentários dos resultados de Nupcialidade e Fecundidade**. In: INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico 2000: nupcialidade e fecundidade** (resultados da amostra). Rio de Janeiro, RJ (Brasil): IBGE, 2003. p. 35-113.
- TERUYA, Marisa Tayra. **A FAMÍLIA NA HISTORIOGRAFIA BRASILEIRA: BASES E PERSPECTIVAS DE ANÁLISE**. In: Encontro Nacional de Estudos Populacionais, 12., 2000, Caxambu, MG (Brasil). **Anais...** Belo Horizonte, MG (Brasil): ABEP, 2000. v. 1, 25 p. Disponível em: <<http://www.abep.nepo.unicamp.br>>. Acesso em: mar. 2004.